Ata da 16ª Sessão Ordinária, do 1º Período Legislativo Ordinário, da 4º Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, realizada no dia vinte e dois de maio do ano de dois mil e doze, no Plenário Jurceu Sakuma, sob a presidência do **Vereador Alaerte Rodrigues dos Santos** e secretariada pelo **Vereador Ângelo Prudêncio de Britto**. Às dezoito horas e trinta minutos, foi registrada a presença dos seguintes Vereadores: **Antonio Pedro da Silva, Helena Frederico Izelli, Jorge Leandro Delconte Ferreira, Manoel Duque da Costa, Osmar Pereira e Paulo Sérgio Avanço**. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou aberta a sessão. Inicialmente o Sr. Presidente Alaerte Rodrigues dos Santos convidou todos a se levantar para ouvir uma mensagem da Sagrada Escritura, que se encontra no livro de S. João 17, 1-3, a leitura foi feita pelo Vereador Antonio Pedro da Silva. Logo após foi submetida à apreciação do Plenário a Ata da 14ª Sessão Ordinária realizada no dia oito de maio de dois mil e doze, sendo aprovada por unanimidade. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário, nobre Vereador Ângelo Prudêncio de Britto, a proceder à leitura do **EXPEDIENTE**, para a sessão de hoje, que constou do seguinte: 01 – Ofício n.º 06/2012 da Emater encaminhando o Relatório Quadrimestral, referente a período 1º de janeiro a 30 de abril de 2012, executado pela sua equipe municipal. 02 – Ofício Circular n.º 11/2012 da Acamdoze convocando para Assembleia Geral Ordinária que acontecerá dia 02 de junto, às 08h00 na sede da Acamdoze. Na ocasião será proferido o curso sobre contabilidade eleitoral 2012; as formas de controle pelo TSE; arrecadação e aplicação de recursos na campanha; a prestação de contas eleitorais e novidades para 2012: despesas de pequeno valor. 03 – Ofício n.º 18/2012 da Paróquia São João Batista informa que em fevereiro de 2013 a Paróquia completará 60 anos e como marco comemorativo deste jubileu iniciará no mês de maio um reforma interna orçada em aproximadamente R$ 120.000,00. A reforma prevê adequar a estrutura interno da Igreja Matiz; trocar o pavimento; fazer altar de pedra com a finalidade de consagrá-lo por ocasião dos 60 anos; fazer ambão de pedra; criar a Capela do Santíssimo Sacramento e instalar Pia Batismal. Desta forma solicita dos Vereadores uma contribuição em prol desta reforma. 04 – Indicação n.º 22/2012 de todos os Vereadores no qual solicitam melhorias no Conjunto Nivando Antonio Simionato. Não constando inscritos para fazer uso da palavra no **pequeno expediente** o **Sr. Presidente** segue para ordem de inscritos no **grande expediente** passando a palavra ao nobre **Vereador Jorge Leandro Delconte Ferreira**: Quero destacar a importância dessa preposição estar sendo feita coletivamente pleiteando melhorias no conjunto habitacional, destacando a importância dessas melhorias para a qualidade de vida dos moradores. Gostaria também de indagar a presidência da mesa se há uma previsão, ou se foi votada a matéria enquanto estava de licença e se não foi votado se há previsão de quando deve ser apreciada a matéria que trata do impostômetro que foi de nossa iniciativa que foi bem complementada pela comissão que analisou o tema. Pela ordem fez uso da palavra o nobre **Vereador Manoel Duque da Costa**: Também gostaria de falar um pouco sobre a indicação de melhorias no conjunto e a da importância da comunidade se organizar para reivindicar seus direitos, isso é muito bom por que até nos auxilia aqui na Câmara e esta casa se sensibiliza também com os pedidos dos moradores do conjunto e o que depender de nós estaremos apoiando. Quero também parabenizar o prefeito pelo recape asfáltico que a gente percebe que está sendo feito com qualidade, usando um recape quente e com isso o asfalto vai durar mais, então isso mostra o cuidado que a administração está tendo com o dinheiro público, pois usar um recape ruim logo estraga e com esse tipo de recape que está sendo usado vai durar muito mais. Pela ordem **Vereador Helena Frederico Izelli**: Me abstenho. Pela ordem **Vereador Osmar Pereira**: Me abstenho. Pela ordem fez uso da palavra o nobre **Vereador Ângelo Prudêncio de Britto**: Também gostaria de destacar essa indicação feita em conjunto e parabenizar por terem se organizado mesmo sem ter a associação em atividade, pois um pedido coletivo tem muito mais força e todos os vereadores se sensibilizaram com o pedido e estamos encaminhando este pedido através de indicação ao prefeito e esperamos que aconteça essa benfeitoria no conjunto. **Sr. Presidente**: Tenho alguns comentários, nós fomos contemplados com quinze casas do projeto habitacional rural e a Emater e o escritório da sala do produtor estão tendo dificuldades no enquadramento deste

produtores rurais e talvez a gente não atinja essas quinze unidades, um dos motivos é o cadastro junto ao Banco do Brasil para pegar o Pronaf o agricultor tem que atingir uma certa quantidade de produção e para entrar no programa de habitação aquele valor não pode, então muitos que a gente achava que iria receber não se enquadram e com isso infelizmente talvez não consigamos atingir as quinze unidades. Também fomos contemplados com quarenta unidades do programa sub 50 que são lotes isolados e também temos dificuldades com a questão dos cadastros, mas as inscrições estão sendo feitas na casa da cultura até o dia trinta e um, a pessoa tem que ter família constituída, renda até mil e seiscentos reais no máximo e tem que ter o lote, então os interessados podem fazer suas inscrições, e temos que correr porque não se assinam convênios no período eleitoral. Com relação ao que o colega Jorge comentou sobre o impostômetro quero pedir desculpas e avisar que estaremos vendo isto o mais breve possível. O **Sr. Presidente** solicitou a leitura da **Ordem do Dia**: 01 – Projeto de Lei Complementar n.º 15/2012 Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso iX do Artigo 37 da Constituição Federal. Recebeu o parecer favorável da Comissão de Legislação e Redação; da Comissão de Administração Tributária, Financeira e Orçamentária; da Comissão de Administração Pública e da Comissão da Ordem Econômica e Social. 02 – Projeto de Lei Complementar n.º 11/2012 que autoriza o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Peabiru (SAAE) a doar, com encargos, imóvel ao Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. Recebeu o parecer favorável da Comissão de Legislação e Redação e da Comissão de Administração Pública. O **Sr. Presidente** colocou em primeira discussão o **Projeto de Lei Complementar n. 15/2012**. Fez uso da palavra o nobre **Vereador Jorge Leandro**: Considerando que este projeto trata de contratações e dispensam a realização de concurso público e considerando também que este tipo de contratação é digamos delicado tanto para documentá-la e legalizá-la, quanto para justificá-la penso que esta é uma questão que precisa ser avaliada com bastante cuidado por esta casa e quero destacar que não estou manifestando nem opinião contrária e nem favorável a matéria, mas a minha opinião a respeito desta matéria talvez merecesse ser avaliada com um pouco mais de cuidado para que a gente inclusive ajudasse o executivo neste processo natural de legislar e ajudar o executivo se eventualmente houver possibilidades de aperfeiçoar esta proposta. Em que sentido falo que mereceria um pouco mais de cuidado, uma proposta é contratar pessoas por tempo determinado para exercer atividades relacionadas, por exemplo, a educação, professores temporários, o governo federal faz isso e o governo estadual também faz isso e guarda-se uma proporcionalidade ao tamanho do quadro efetivo e qual é o tamanho do quadro efetivo hoje de nosso município, há uma proporcionalidade observada em relação a isso? Há pessoas que foram aprovadas em concurso público em qualquer uma dessas vagas que ainda não foram chamados? Quais os requisitos mínimos para cada uma desses cargos? Enfim são implicações e destaco mais uma vez não estou dizendo que sou contrário à proposta, mas são implicações que mereceriam a gente gastar uma semana ou quinze dias a mais olhando esses detalhes e o que me parece não inviabilizariam os atos do executivo relacionados a isso, mas como legislador daria mais segurança ao votar, porque quando a gente vai para o voto só tenho duas opções é sim ou não e quando a gente vai para o sim ou não você não pode ter dúvidas, então respeitando inteiramente os companheiros que fizeram a apreciação nas comissões, respeitando inteiramente o mérito do executivo que tem toda a legitimidade para propor este tipo de matéria, o que gostaria de trazer para esta mesa é será que temos todas as informações necessárias para hoje dizer sim ou não para esta iniciativa. Fez uso da palavra a **nobre Vereadora Helena Frederico Izelli**: Também gostaria de estar comentando, concordo com o vereador por que é uma matéria bem séria e acho que merece uma maior análise principalmente porque acabamos de ter um concurso público onde foram abertas vagas e várias pessoas passaram no concurso. Uma das vagas é monitor de esportes, onde não houve concurso público e conhecendo a realidade do esporte aqui até quando a necessidade do preenchimento desta vaga e o porquê de não ter feito um concurso, então existem muitas dúvidas. Como o Vereador Jorge falou teríamos que ter em mãos a questão de

quantos professores estão de licença hoje nas escolas, quais os números de vagas que há a necessidade de estar contratando esses professores temporários. Uma coisa que temos que nos preocupar bastante que houve críticas dentro das escolas que é questão de estarmos com muitos estagiários e não professores efetivos, então também fico muito preocupada da gente dentro de vinte e quatro horas estarmos votando uma matéria importantíssima. Está dentro da lei, sabemos disso, não é nada ilegal o que está sendo proposto pelo executivo é regime de urgência, mas é uma matéria que precisa de maior análise. Fez uso da palavra o nobre **Vereador Ângelo Prudêncio de Britto**: Como presidente da Comissão de Administração Tributária, Financeira e Orçamentária quando tive conhecimento do projeto também vieram às perguntas das quais fui atrás para obter as respostas. Todas as vagas do concurso passado foram preenchidas e temos alguns professores de licença e outros já com pedidos de licenças temporárias, por tempo de serviço e outros com licença de saúde e foi conversado com a Secretária de Educação que nos passou o seguinte: todas as vagas estão preenchidas mais existe esses pessoas que tem o direito a licenças, então o que ocorre é se criar novas vagas para contratar pessoas que já passaram no concurso mais não tinha vaga disponível na volta desses professores podem se ter acúmulo de professores e inchar a folha, por isso é temporário a contratação. Esse estudo foi feito pela própria Secretaria de Educação para disponibilizar essas vagas e não quer dizer que vão preencher todas e sim ficar disponível para que ele possa fazer essas contratações conforme a necessidade. Acredito que é em caráter de urgência justamente porque as escolas já estão tendo dificuldades conforme a própria professora Helena disse de estar estagiários nas salas de aula se responsabilizando e o melhor seria ter professores capacitados, pois serão com as mesmas exigências do concurso, inclusive os aprovados no concurso mais sem ter a vaga disponível pode prestar o teste e quando disponibilizar a vaga ele vai ser chamado sem problema nenhum. Fez uso da palavra o nobre **Vereador Osmar Pereira**: Faço das palavras do Vereador Ângelo as minhas. Também tínhamos a preocupação se os professores que passaram não poderiam assumir essas vagas e quando recebemos a resposta da secretária entendemos melhor, inclusive hoje fui indagado por uma diretora de uma escola que me disse estar torcendo para que esse teste aconteça rápido porque está com dificuldade em sua escola e estive em outra escola onde a professora teve que ir para a sala de aula por causa da falta de professores o que só reforça a urgência. Desde semana passada quando chegou este projeto fiquei preocupado, procurei a Patrícia que conversou com o Osanan e me explicaram a necessidade disso, se existem dez vagas e assumem todas e amanhã um se aposentada surge uma nova vaga o que é de direito da décima primeira colocada e se chama essa para uma vaga motivada por licença quando voltar vai inchar muito a folha, o prefeito pode fazer isso, mas como é final de mandato se começar a inchar muito o próximo que assumir pode ter problemas com a folha de pagamento. Acho sim que a décima primeira tem direito a vaga desde que não seja motivada por licença. O prefeito também nos falou que não vai chamar todos a princípio e sim vai chamar conforme a necessidade das escolas e por isso também que assinei favorável ao projeto. Inclusive hoje foi conversado bastante com o Osanan e foi até alterado algumas coisas e por isso estou de acordo com este projeto. Fez uso da palavra o nobre **Vereador Manoel Duque da Costa**: Também como presidente da Comissão de Legislação e Redação fiquei preocupado com essa questão das vagas que estão sendo abertas para contratação e fui procurar a Selinda, Secretária da Educação, conversei com ela e realmente há uma necessidade, como a Vereador Helena falou tem estagiários trabalhando e precisa-se de professores com quarenta horas, é para suprir as vagas de professores que saíram de licença Premium ou licença para tratamento de saúde e por isso é um contrato temporário. Perguntei também sobre o concurso e nos foi dito que já havia sido chamados todos, então não estaria infringindo o direito de ninguém e se chamasse mais alguém teria funcionários excedentes, então como existe essa necessidade a gente entende dessa forma também votei favorável nesta comissão. **Vereador Jorge Leandro**: Estamos discutindo um pouco a questão o viés das vagas para professores mais são várias funções que estão listadas no projeto de lei, não só de sala de aula, então contínuo com algumas dúvidas, qual é a proporção dessas vagas temporárias com relação às vagas

permanentes, por exemplo, de servente ou monitor de esportes? Sabemos que todos têm o direito de licença, isso é legitimo e ninguém questiona, mas o olhar que a gente faz é, mais ou menos o seguinte, por exemplo, quantos professores efetivos nós temos nas escolas municipais? Qual a proporção dessa quantidade de temporários em relação aos efetivos? Qual é a programação que existe para a fruição das licenças dos professores? Qual é a possibilidade de ao invés de termos dezesseis temporários temos três efetivos? Então são esses os questionamentos que faço e digo em especial em relação à atividade de regência em sala de aula porque sou professor e sei de experiência própria o quanto é difícil para o processo de ensino você ter professores temporários, isso é péssimo para a gestão escolar, é muito ruim, embora seja necessário, é muito ruim, então quanto menos professores temporários a gente tiver melhor é, e quanto menos estagiários tiver melhor é por que isso aumenta e muito a qualidade de ensino. Quero compartilhar a preocupação que tenho, embora tenhamos números indicadores muito positivos da provinha Brasil, basta conversar com os professores que lecionam nos sextos anos das escolas estaduais para ver que a gente tem muito aluno, e não é só aqui, que chega no ensino fundamental sexto ano que não sabem ler, não sabem ler uma frase de três linhas e tirar um significado daquela frase, não estou dizendo que é incompetência do sistema educacional daqui de Peabiru, isto é um problema que está provavelmente em muitos municípios. O que quero dizer é que isso só é agravado quando você tem professor temporário, não porque ele seja menos competente que o professor permanente, não porque ele esteja menos preparado que o professor permanente mais porque ele é temporário e nesse processo de ser temporário vai acontecer de turmas terem mais de dois ou três professores durante o ano letivo, pode acontecer de turmas ficarem sem aulas, então essa é a preocupação que tenho, de maneira alguma é contrário ao servidor usufruir o seu direito legítimo de licença especial, de maneira alguma é contrário a boa administração das escolas do município, mas é justamente pensando na qualidade do que se faz em relação à educação infantil e ensino fundamental das séries iniciais. Isso se aplica as demais atividades, bibliotecária, por exemplo, é fundamental conhecer o acervo no qual ele trabalha, pois o papel do bibliotecário não é só dizer onde está o livro e sim muitas vezes um papel de professor auxiliar, um professor que complementa a formação do aluno e que precisa para isso ter um conhecimento genérico. O papel de monitor de esporte, por exemplo, como a gente tem uma tendência a ter modelos de escolas de iniciação esportiva, quanto mais instabilidade você tiver em quem é o monitor menos resultado você tem da escola de iniciação esportiva. Então assim, não estou dizendo que sou contra o projeto mais estou dizendo tem mais detalhes, tem mais informações para que a gente ajude a pensar se, por exemplo, essa quantidade é a quantidade ideal, por exemplo, não há espaço ao invés de a gente estar apreciando só um projeto de autorização para contratação temporária a gente apreciar daqui a pouco um projeto de ampliação de vagas, sem de maneira alguma infringir Osmar o limite da lei de responsabilidade fiscal, primeiro por que o município está longe de bater nesse limite e segundo por que se bater nesse limite automaticamente o tribunal de contas toma providências notificando o município e pelas limitações da própria lei de responsabilidade fiscal acho meio difícil do executivo consiga fazer contratações em volume suficiente para impactar no limite da lei de responsabilidade fiscal neste último ano de mandato por que há limitações de contratações. Então percebam são essas as minhas preocupações que não são sou contra o projeto e sim são vamos olhar com mais calma por que acho que talvez a gente consiga melhorá-lo ou de repente a gente não ache possibilidade de melhorar, mas voto com mais tranquilidade este projeto. O **Sr. Presidente** perguntou aos vereadores se era necessário passar a presidente ao vice para poder defender o projeto ou poderia fazê-lo na presidência. Os vereadores não se opuseram. **Sr. Presidente**: Concordo com tudo que foi falado aqui, o nosso regime é estatutário hoje, temos celetistas, temos uma empresa de prestação de serviços e gostaria de deixar uma pergunta: quando da formação de um professor ele vai fazer um estágio aonde? Esta é uma indagação e considero que deve-se ter um espaço na escola para esse fim. Outra indagação, nós sabemos como políticos dos prazos, temos reunião só daqui quinze dias novamente e o teste seletivo é uma praxe usado pelo governo federal e pelo

governo do estado, inclusive segundo o prefeito ele tomou a opinião junto ao tribunal de contas e o número de contratações, conforme diz a lei para atender a necessidade, não sei se os colegas se atentaram a isso, vamos supor que nós temos cinco professores licenciados vai ser chamado cinco temporários e não dezesseis. Até concordo com a questão da proporcionalidade que o colega Jorge falou, mas a lei é clara ao dizer conforme a necessidade, não é por que passou os dezesseis que vão ser chamados os dezesseis, entendo a preocupação, mas é de acordo com a necessidade. Nós conversamos com a assessoria jurídica, com a professora Selinda, vários vereadores e principalmente o líder do governo demonstrando nossa preocupação, desde que o projeto entrou na casa e foram até mudado algumas coisas que veio do prefeito e mandamos lá para eles alterarem e demos entrada ontem, concordo que está um tanto corrido mais isso se deve em relação aos prazos, porque você fazer um edital para a contratação de uma empresa para aplicar este teste seletivo, fazer as inscrições e fazer o teste seletivo, estamos na forca, então estou defendendo o projeto neste sentido e também respeito à opinião dos demais e acho que todos tem suas razões e acredito que ninguém é contra também, mas vamos colocar o projeto em votação. **Vereador Jorge Leandro**: Dado que será mesmo votado o projeto destaco não vejo ilegalidade nenhuma no projeto, é prática natural embora haja alguns critérios para isso, mas gostaria de fazer uma sugestão em forma de requerimento verbal, não sei se regimentalmente posso fazê-lo neste ato, mas se não puder faço na próxima sessão, mas gostaria de verbalizá-lo, considerando que uma das questões que o presidente cita é a necessidade de ser ágil no processo para não prejudicar as escolas que eventualmente já estejam sofrendo com esta questão de professores que estejam usufruindo ou em vias de usufruir licença, gostaria de sugerir ao executivo que não fosse feita a licitação para selecionar empresa para fazer o teste seletivo. Se não existe a possibilidade de fazer pela própria estrutura da secretaria de educação gostaria de sugerir que fosse contratada a faculdade estadual de Campo Mourão que por se tratar de órgão público cuja especialidade de atuação é dentre outras a formação de professores, ela primeiro tem a qualificação para fazer isso, segundo pela lei de licitações dispensa a obrigatoriedade de executar licitações, terceiro pode fazer isso a um custo mais acessível que o custo no ato de uma licitação e quarto que na minha opinião é o principal pode fazer isso de forma mais rápida do que em um processo licitatório, então é essa a indicação que gostaria de fazer em que sendo aprovado este projeto de lei fosse contratada a faculdade estadual que é um órgão público e que tem legitimidade para fazer isso. **Sr. Presidente**: Isto é uma sugestão. **Vereador Jorge Leandro**: Sim uma sugestão de indicação. **Vereador Ângelo**: E se o Vereador fosse acompanhado do Presidente tratar amanhã diretamente com o Prefeito. **Vereador Ângelo**: Amanhã é complicado em virtude de outras atividades assumidas. **Sr. Presidente:** A indicação está feita e será encaminhada ao prefeito. **Vereadora Helena**: Gostaria de fazer um comentário ainda sobre o projeto, que entrou oficialmente ontem na Câmara e de acordo com os comentários aqui as necessidades de estar suprindo essas vagas com certeza não são desta semana, então quando o ano passado nós discutimos essa questão de pedido de urgência, temos que estar novamente discutindo isto por que acredito que essa urgência de estar suprindo essas vagas não foi essa semana. São matéria que podem ser colocadas com antecedência na câmara para uma maior discussão por que um projeto dessa amplitude aqui não acredito que possa ser votada de um dia para o outro, então certos projetos acredito que não há necessidade de tanta urgência. É o papel nosso como vereador investigar e analisar melhor os projetos é legal até que ponto, esse projeto é de urgência de ontem para hoje, sabemos que não é então são acontecimentos que já vem ao longo do ano. **Vereador Ângelo**: Também tive a oportunidade de questionar junto a secretaria sobre esse problema de regime de urgência e esse estudo eles vem tentando segurar o máximo possível e nos últimos tempos surgiram mais pedidos de licenças tanto para tratamento de saúde quanto de direito por tempo de serviço e chegou ao ponto de não conseguir mais segurar e estar remanejando, inclusive já ouvimos aqui que tem diretores em sala de aula, então está complicando a estrutura. Esse estudo da secretaria realmente não é de ontem para hoje, já vem sendo estudado e tentando contornar a algum tempo até chegar ao ponto de não ter mais o que fazer. E qual o prazo hoje, é do período eleitoral, então a urgência

é por isso, mas acredito que o estudo da educação foi muito bem feito e até conseguiram segurar por muito tempo. **Vereador Osmar Pereira**: Não sei até que ponto pode ajudar ou não se fosse candidato essas contratações, por que de repente sai daqui de uma maneira errada, é uma preocupação também, quem faz os trabalhos como, por exemplo, o estagiário ou não, como o Barão falou a pessoa quando se forma precisa desse estágio, conheço pessoas que estudou junto com a minha esposa que não tinha qualificação nenhuma para estar em uma sala de aula e tinha pessoas bem preparadas que não passou no concurso. Quando soube do concurso minha esposa começou a fazer aula de reforço todos os dias e tiveram pessoas que desistiram porque não conseguiam acompanhar, daí falei se uma pessoa não acompanha agora que está estudando e aprendendo como vai querer depois uma sala de aula. Quando fiz meu segundo grau tinha professores que não tinham interesse nenhum em ensinar e tem professores assim até hoje, então a gente não pode julgar que vai ser um bom professor ou não só por que ele passou num teste seletivo, pois tem pessoas bem qualificadas no ensino e não se importa nem com o ser humano, então é difícil julgar ou condenar. Como foi falado também acho que o problema não surgiu agora mais temos que resolver o problema quando surge. É uma preocupação nossa também esse assunto, pois tudo que se faz agora próximo das eleições é contra, acho que se o João Carlos fosse candidato essas contratações agora só viriam prejudicar ele, claro que por ser o último ano do mandato ele poderia não fazer o teste e contratar quem passou no concurso, pois sei que tem todos os dias pessoas pedindo vaga, mas isso é uma faca de dois gumes, agora tudo que fizer pode parecer por ser época de eleição, então não sei até que ponto se fosse ato político isso poderia ajudar. Hoje vi diretor em sala de aula e até estranhei quando fui questionar alguma coisa e uma outra diretora falou que está louca para que façam esse teste logo e já tinha até mandado pedido para a secretaria, então é uma coisa complicada de julgar um bom professor e um mal, é difícil julgar, é difícil achar que está certo ou errado neste momento por ser ato político e estar próximo e se tiver fazendo isso realmente por causa de política a tendência é ser muito mais contra ele. Acho a preocupação do Jorge muito válida, pois se amanhã ou depois acontecer alguma coisa quem vai pagar vai ser a gente, mas não vi nada de errado, inclusive hoje foi mudado algumas coisas, claro que não está perfeito mais é difícil, quando foi mexido no plano de carreira foi mudado praticamente tudo e não ficou perfeito. Agora tem gente que aproveita que por ser ano político, quase todas as classes estão fazendo greve, quem quer fazer greve vai fazer este ano isto é notório. **Vereadora Helena**: Só gostaria de fazer um comentário em relação ao que o Jorge falou porque sou professora e convivo com esta realidade e não é por que um professor está substituindo o outro que vai ser de péssima qualidade é que na maioria das vezes quando entra um professor não é que é inferior ao que saiu, às vezes muito pelo contrário, pode ser bem melhor, mas o que acontece é que vem desenvolvendo um trabalho troca-se o professor e é isto que estamos questionando, com certeza a licença o professor tem direito e não estamos questionando e sim comentando que a qualidade do ensino é atrapalhada pelos acontecimentos que acontecem na escola. Não estamos falando que este teste vai contratar pessoas incapacitada, é uma questão do desenvolvimento da educação dentro da escola e se o aluno tiver desde o início até o fim com o mesmo professor o rendimento vai ser melhor. Outra coisa que gostaria de indagar o vereador quando colocou que por ser próximo as eleições vamos votar contra, ninguém está falando que vai votando contra ou não, estamos preocupados com relação ao projeto só isto, não tem nada haver estar próximo das eleições, pelo menos foi isto que entendi da palavra do vereador, no nosso posicionamento até agora não foi falado em votar contra ou não. **Sr. Presidente**: Vamos manter a ordem. **Vereador Osmar**: Não estou querendo dizer que vocês vão ser contra, inclusive sou a favor do que o Jorge falou de contratar a faculdade de Campo Mourão, mas a gente houve muito na rua, quando fui atrás para saber mais desse projeto não foi para justificar que você ou alguém foi contra e sim para explicar o meu voto. O problema muitas vezes é que sai daqui distorcido daí a gente escuta muita conversa, mas a minha preocupação inclusive é como pai, tenho filhos e na escola da minha filha gosto bastante do modo da educação, lá eles tratam não somente como aluno mais também como ser humano. Quando falei em ano político me referia a mim,

que posso ser cobrado por ser próximo à política. **Sr. Presidente**: Na colocação do vereador ele não citou o nome de ninguém. **Vereador Jorge**: Só gostaria de deixar claro que meus questionamentos em relação ao projeto em nenhum momento sequer citei questões relacionadas a política, as minhas dúvidas são técnicas como de alguém que trabalha com a educação e são conforme frisei mais de uma vez na questão de acreditar que dá para melhorar este projeto, não sou contra. Quero deixar bem claro minha colocação porque também fiquei em dúvidas quando o vereador comentou e não tem nenhuma argumentação política minha colocação, a dúvida é técnica. **Sr. Presidente**: Vamos manter a ordem, acabei abusando da amizade, porque a palavra é uma só, tem vereadores me cobrando a ordem, sei que se trata de uma questão polêmica mais todos já colocaram sua opinião e respeito todas. O **Sr. Presidente** colocou em votação o Projeto de Lei Complementar n. 15/2012. O Vereador Jorge Leandro se absteve justificando que por ainda ter dúvidas não se sentia confortável para votar sim ou não. A Vereadora Helena Frederico Izelli também preferiu se abster. O **Sr. Presidente** declarou aprovado em primeira votação pela maioria o referido projeto de lei complementar. O **Sr. Presidente** colocou em primeira discussão o **Projeto de Lei Complementar n. 11/2012.** Fez uso da palavra o nobre **Vereador Jorge Leandro**: Gostaria de indagar as comissões que apreciaram a matéria se sabem contar detalhes desse órgão que será implantado para funcionar nas instalações onde era o viveiro de mudas. Fez uso da palavra o nobre Vereador **Ângelo Prudêncio de Britto**: Este projeto é de ressocialização feminina que vai ser implantado em vinte comarcas no Paraná, dentre os trezentos e noventa e nove municípios e o município de Peabiru foi agraciado com uma verba de aproximadamente um milhão e quinhentos mil reais para a implantação deste projeto. Segundo o que a secretária de justiça falou para o prefeito que depois nos passou, este projeto irá funcionar da seguinte maneira: será para aproximadamente cem detentas, todas que apresentarem boas condutas porque dentro deste espaço terão liberdade, são de quinze a vinte blocos tipo casas onde vai ficar em média de cinco a sete detentas em cada casa. E um barracão para a indústria, hoje mesmo falamos da confecção que o governo vai firmar parceira com algumas confecções e as detentas vão trabalhar para seu sustento e também vão reduzir as penas, então é para detentas, pois é feminino para a ressocialização. Por exemplo, faz contrato com uma indústria de calças jeans, então fecha com cem detentas, vai ter os instrutores entre outras coisas que virão em beneficio do município, não conseguiu as cem detentas para o trabalho vai ser contratadas pessoas para que se cumpram as metas a serem cumpridas. Vai ter os instrutores, os agentes e com isso vai gerar empregos diretos e indiretos dentro do município e com isso toda a comunidade vai ganhar e também vai reforçar bastante nossa comarca, podendo aumentar até varas dentro da própria comarca e vai aumentar também nosso efetivo. **Vereador Jorge**: Só para continuar os esclarecimentos, o projeto seria com encargos e quais seriam estes encargos? **Vereador Ângelo**: O não cumprimento do que foi estabelecido a devolução para o município. **Vereador Jorge**: Apenas este, não tendo nenhum financeiro?. **Vereador Ângelo**: Sim, apenas a devolução. **Vereador Jorge**: E há prazo para a construção deste centro. **Vereador Ângelo**: No artigo terceiro diz: O imóvel fica gravado com cláusula de inalienabilidade e de reversão automática, caso não seja atendido o prazo de 12 (doze) meses para o início da obra e de no máximo 60 (sessenta) meses para a sua conclusão, contados da data da lavratura da escritura pública definitiva de doação. **Sr. Presidente**: A nível de comentário para todos, é sabido de todos que daqui cinco anos teremos novo levantamento do censo e a preocupação é de todos e nós com trinta, quarenta, cinquenta pessoas a mais será muito bom, pois vamos necessitar de guardas por três turnos, psicóloga, assistente social, professores, monitores para dar atividades para o pessoal que tiver ali, então vocês entendem o que estou falando, estamos no fio da navalha em relação ao número do censo e todos sabem que foi o maior recursos adquirido pelo município e vamos ter outro daqui quatro anos, não o censo completo, mas uma visita para verificar o trabalho que foi realizado. Hoje estivemos conversando e o prefeito cobrou da Dra. Maria Tereza que é mãe desse projeto quando ela esteve aqui semana passada a questão do fórum não o eleitoral, mas o da comarca e hoje como ela não conseguiu falar com o João falou comigo e me disse que o Presidente do

Tribunal de Justiça falou que o terreno que foi destinado é longe do quadro urbano e cheio de mato, que até tem mesmo, mas é rodeado de asfalto e acho que vai ficar muito bonito, inclusive vai puxar a cidade daquele lado, então é um absurdo. Já está no orçamento mais provavelmente não vai entrar para dois mil e treze e possivelmente só em dois mil e quatorze porque eles receberam uma reforma agora, mas o terreno já é de posse do tribunal de justiça. O fórum de Peabiru vai ser contemplado com mais responsabilidade jurídicas e com isso vai fortalecer a comarca de Peabiru. Conversamos com a Dra Patrícia do Conselho da Comunidade que nós falou que isso é uma boa para Peabiru, por que como o Ângelo comentou o Centro não é uma prisão e sim um finalmente, onde a detenta já está quase livre e passa pela ressocialização e achamos isso importante. **Vereador Manoel**: A Dra. Patrícia também nos comunicou que as detentas saem com uma profissão. Ninguém mais fazendo uso da palavra, passou-se para primeira votação, sendo aprovado por unanimidade. O **Sr. Presidente** convocou para amanhã sessão extraordinária, às dezoito horas e trinta minutos, para segunda discussão e votação dos projetos de lei complementares n. 11/2012 e 15/2012. Nada mais havendo a se tratar o **Sr. Presidente** agradeceu a presença de todos declarando encerrada a sessão, do qual eu, Secretário lavrei a pressente ata que assino com o Sr. Presidente.

Plenário Vereador Jurceu Sakuma, 22 de maio de 2012.

Alaerte Rodrigues dos Santos
Presidente

Ângelo Prudêncio de Britto
1º Secretário